

## Conselho Pedagógico

### Ata nº 35

---

Ao quinto dia do mês de julho de dois mil e dezasseis, reuniu o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4 às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamento de frequência e avaliação de Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas: Gestão e Estratégias
3. Pós-Graduação em Jornalismo Multimédia em parceria com a UNICV
4. Reflexão sobre o trabalho realizado no âmbito do Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais
5. Procedimento eleitoral do Conselho Pedagógico
6. Balanço do 2º semestre
7. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: André Cabral; António Belo; Carla Medeiros; Filipa Subtil; Filipe Montargil; Inês Alexandre; Jaime Lourenço; Joana Batista; Joana Falardo; João Barros; Jorge Veríssimo; Maria José Mata; Maria João Centeno; Paula Nobre; Paulo Barbosa; Ricardo Pereira Rodrigues e Rosário Correia

Não estiveram presentes: Cristiana Soalheiro e Jaqueline Dias que justificaram a sua ausência, Pedro Mateus, José Justo, Pedro Henriques, Célia Perry e Soraia Agostinho, que não justificaram a sua ausência.

#### Ponto 1

##### Informações

A Presidente começou por informar o conselho sobre o facto de um docente da ESCS ter solicitado, à Comissão Coordenadora dos Mestrados, um pedido de escusa de um trabalho de orientação no âmbito do mestrado em Jornalismo, tal pedido foi aprovado por unanimidade e já decorreu o processo de renomeação de novo orientador. Foi a primeira vez que um professor se viu obrigado a realizar tal pedido em sequência de comportamentos inadequados do aluno.

A Presidente informou que a visita da Comissão de Avaliação Externa no âmbito do processo de avaliação/acreditação pela A3ES, Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, do ciclo de estudos da licenciatura e do mestrado em Audiovisual e Multimédia, nos dias 23 e 24 de junho, decorreu dentro da normalidade. Os resultados definitivos e vinculativos surgirão, provavelmente depois do verão, no relatório final da Comissão de Avaliação Externa.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu a reunião, terminada pouco antes da do Conselho Pedagógico, com o coordenador do Grupo de Trabalho para a modernização e valorização do ensino politécnico, grupo criado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. A reunião decorreu no âmbito da visita do coordenador do grupo ao IPL e reuniu docentes da ESCS com responsabilidades nos órgãos de gestão e de outras unidades orgânicas do IPL com o objetivo de refletir sobre as novas políticas para o ensino superior. No entanto, o conselheiro manifestou-se preocupado com o futuro do ensino politécnico pela ideia de 'discriminação positiva', designação do coordenador do grupo, que o executivo tem reservado a este subsistema de ensino. Se as políticas que o executivo pretende implementar avançarem, isso vai refletir-se na forma menos positiva como este tipo de ensino vai passar a ser percecionado pelas empresas.

Relativamente à visita da Comissão de Avaliação Externa nos dias 23 e 24 de junho e comparada com visitas anteriores de outras comissões de avaliação a outros cursos da escola, o conselheiro destacou o facto de esta comissão desvalorizar a componente de investigação, ao contrário das anteriores, referindo que esse é predominantemente o trabalho das universidades; aos politécnicos está destinado assegurar a ligação às empresas.

No entender do conselheiro, tal denota a nova abordagem dos responsáveis políticos para o ensino politécnico, isto é, a pretensão de o posicionar como um ensino vocacional, virado para as ligações com as empresas e regiões, e em que a investigação científica, como é conhecida, deixa de ser uma prioridade. Fala-se em investigação aplicada, mas numa visão redutora.

## **Ponto 2**

### **Regulamento de frequência e avaliação de Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas: Gestão e Estratégias**

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado o professor José Cavaleiro Rodrigues para apresentar a proposta de regulamento.

O professor José Cavaleiro Rodrigues apresentou a proposta de Regulamento (anexo 1), destacando que a sua especificidade resulta de a Pós-Graduação ser uma parceria entre a ESCS e as Faculdades de Letras e Belas Artes da Universidade de Lisboa. O professor considera importante que a ESCS tenha um regulamento geral que possa ser aplicado a todos os cursos de pós-graduação.

O conselheiro Jorge Veríssimo informou que já tinha apresentado essa proposta no Conselho Técnico Científico mas foi recusada.

A proposta de Regulamento de frequência e avaliação da Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas foi colocada a votação e aprovada por maioria com uma abstenção.

O conselheiro Jorge Veríssimo acrescentou que este é o regulamento vigente no próximo ano letivo, dado que é a ESCS que coordena o curso; nos dois anos letivos seguintes, essa responsabilidade cabe às outras duas instituições.

### **Ponto 3**

#### **Pós-Graduação em Jornalismo Multimédia em parceria com a UNICV**

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado os professores Anabela Sousa Lopes e Jorge Souto para apresentarem a proposta de Pós-graduação em Jornalismo Multimédia, em parceria com a UNICV.

Na impossibilidade de o Professor Jorge Souto estar presente, a professora Anabela Sousa Lopes apresentou a proposta de Pós-Graduação em Jornalismo Multimédia (anexo 2), contextualizou a sua origem, assim como as relações de colaboração e o protocolo que a escola tem com a Universidade de Cabo Verde. Futuramente, pretende-se que esta formação passe a mestrado, a ser reconhecido pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior nacional e pela instância homóloga cabo-verdiana.

O conselheiro André Cabral questionou sobre a capacidade tecnológica da Universidade de Cabo Verde. A professora Anabela Sousa Lopes lembrou o facto de já, este ano letivo, ter decorrido em Cabo Verde o mestrado em Jornalismo e de a universidade ter vindo a investir em tecnologia.

A Presidente propôs que o Conselho se pronunciasse favoravelmente à criação da Pós-Graduação em Jornalismo Multimédia, a proposta foi colocada a votação e aprovada por unanimidade.

### **Ponto 4**

#### **Reflexão sobre o trabalho realizado no âmbito do Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais**

A Presidente informou o Conselho que tinha convidado os coordenadores dos cursos de 1º ciclo por considerar a sua participação fundamental à reflexão que se pretende realizar; como tal estiveram presentes os professores Ana Cristina Antunes, subcoordenadora da licenciatura em Publicidade e Marketing, Paula Nobre, coordenadora da licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, Francisco Sena Santos, subcoordenador da licenciatura em Jornalismo e João Abreu, coordenador da licenciatura em Audiovisual e Multimédia.

A necessidade desta reflexão deriva de um conjunto de queixas que circulam pelas redes sociais sobre o tipo de oferta realizada.

O conselheiro Jorge Veríssimo começou por referir que o gabinete foi criado no início da década de 2000 pelo então vice-presidente do conselho diretivo, professor Adelino Batista da Cruz, com o objetivo de ajudar os alunos a aproximarem-se do mercado de trabalho, não como agência de emprego. O gabinete não oferece estágios curriculares, mas estágios profissionais que são regidos pela lei e em que não há obrigatoriedade de remuneração, isto no que diz respeito aos estágios de muito curta duração (3 meses). As interpretações que têm sido divulgadas não são abonatórias do gabinete, nem da escola, ao sustentar que a Escola não ajuda a arranjar emprego porque o Gabinete só promove oferta de empregos em que se procura mão-de-obra barata.

Se o entendimento que existe é o de que o Gabinete de Estágios e Saídas Profissionais não está a servir a escola, então tem de se procurar uma outra solução.

A conselheira Carla Medeiros referiu que nas visitas que a A3ES realizou à Escola sempre elogiou o Gabinete.

A professora Anabela Sousa Lopes considerou curiosas essas queixas por parte dos alunos e referiu que, em anos anteriores, alguns alunos chegaram a recusar estágios por razões que se prendiam com a localização das empresas ou com o seu alegado pouco prestígio. Mas, além disso, provavelmente será, também, necessário reforçar a proatividade junto das empresas, dando a conhecer a ESCS e os seus alunos. A professora frisou a necessidade de os coordenadores de curso informarem os alunos sobre a atividade do próprio Gabinete, no sentido de se diminuir o número de equívocos sobre o seu papel.

O professor João Abreu lamentou que sempre que um aluno não sabe de algo, a culpa seja da escola. Sugeriu que durante um ano não houvesse nada, para no ano seguinte tudo ser espetacular. Tudo o que funciona bem não é valorizado.

A professora Paula Nobre referiu que não tem dados relativamente ao número de alunos da Licenciatura de Relações Públicas e Comunicação Empresarial que recorre ao Gabinete de Estágios da ESCS. Referiu ainda que sempre que tem informações sobre entidades que estejam a admitir estagiários na área de Relações Públicas faz chegar essa informação aos alunos, informando, sempre que possível, estas entidades da existência de um gabinete de estágios na ESCS.

O conselheiro Jorge Veríssimo solicitou que, nesses casos, fosse formalizado esse contacto junto do Gabinete, para que toda a informação fique disponível.

O conselheiro André Cabral sugeriu que ficasse claro que a página de Facebook onde circulam os comentários não é a página oficial da escola, ainda mais quando há professores que realizam comentários na página, o que leva os alunos a crer que se trata de uma página oficial e que as propostas de estágios que aí aparecem são oficiais, o que não é o caso!

A professora Ana Cristina Antunes referiu que, enquanto membro da coordenação do curso de Publicidade e Marketing, não recebe nenhuma informação sobre a atividade do gabinete, nomeadamente tipo de procura.

O conselheiro Jorge Veríssimo afirmou que podem ser as coordenações de curso a solicitar essa informação à direção.

O professor Francisco Sena Santos considera o gabinete uma mais-valia da escola. Constata que existem alguns equívocos, por parte de alguns alunos, que pensam que o seu futuro profissional irá ser resolvido e conduzido pelo gabinete. Sugere que o gabinete reúna anualmente com as coordenações de curso.

O conselheiro Paulo Barbosa referiu que, quando é contactado por empresas, encaminha-as para o gabinete. Sugere que esta crise seja transformada em oportunidade, nomeadamente com a alteração do nome que poderia passar a Plataforma de Talentos de Comunicação, uma base de dados com os portefólios dos alunos.

O conselheiro Filipe Montargil atenta o gabinete como uma vantagem para a escola e para os alunos. Referiu que, no primeiro ano do mestrado em Audiovisual e Multimédia, os alunos consideram a formação muito teórica, no entanto, no 2º ano, a percentagem que escolhe realizar dissertação é maioritária. Considera a regularidade de reuniões com o gabinete uma boa sugestão.

A conselheira Filipa Subtil considera a situação referida sobre os comentários nas redes sociais, o reflexo de um preconceito face ao ensino superior politécnico. O desconhecimento que existe sobre o trabalho que se realiza no âmbito do ensino politécnico faz com que o preconceito se mantenha. Sugere que o Instituto Politécnico de Lisboa contrate uma agência de comunicação que dê visibilidade mediática ao trabalho desenvolvido.

O conselheiro António Belo referiu que o processo de seleção de uma agência de comunicação para o IPL já está a decorrer.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues congratulou-se por esta discussão estar a acontecer no seio do órgão. Salientou o facto de a questão dos estágios ser importante e de ter sempre conseguido trabalho com a ajuda de professores. Ele próprio é contactado por empregadores e arranja trabalho a alunos. A rede de escsianos é enorme e com poder de decisão.

O conselheiro João Barros referiu que a agilidade do processo é determinante. Durante muito tempo foi responsável por recrutamento e quanto mais moroso é o processo, menos eficaz. Os alunos podem sentir-se revoltados com algumas propostas menos interessantes das empresas, mas estas são resultado da atual situação do mercado.

A professora Anabela Sousa Lopes referiu que o gabinete recebe, de empregadores, um ou dois pedidos por dia.

O conselheiro Jorge Veríssimo referiu que o professor contactado por empregadores pode indicar um ou dois alunos, deve, no entanto, enviar um email para o gabinete a dar indicação do que fez.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues referiu que a existência da plataforma é importante, tem, no entanto, de ser dinamizada para evitar propostas desonestas como as que existiram em tempos em que os alunos inscritos recebiam emails de call centers. Sugere que se proceda a uma alteração do nome do gabinete, para não gerar nos alunos expectativas que estão fora do campo de atuação do gabinete. Considera importante que o gabinete trabalhe questões como o acompanhamento dos alunos, oferecendo conteúdos que os ajudem a melhorar o CV, a forma de se prepararem para uma entrevista, etc. Considera fundamental que se entre em contacto com os moderadores do grupo privado e informal que existe no Facebook, em torno da ESCS, fonte de muita desinformação sobre questões do quotidiano da escola, no sentido de pedir que haja uma divulgação de um comunicado que informe, e deixe claro, que aquele grupo não pertence e não é gerido ou moderado por nenhum funcionário da escola.

A conselheira Joana Batista referiu a importância de alguns professores que advertem que se os alunos querem que as coisas mudem, têm de ser os alunos a fazer alguma coisa e não ficar à espera que os outros façam. No entanto, considera que, na maior parte das vezes, os alunos ficam à espera que sejam os outros a fazer. Nesse sentido, considera que seria importante criar, no final do 5º semestre, uma sessão de presença obrigatória para apresentar o gabinete.

O conselheiro André Cabral propôs que essa sessão fosse realizada no 4º semestre quando as coordenações de curso apresentam as uc opcionais.

O professor João Abreu referiu que a escola tem recursos limitados, uma parte significativa dos recursos não pode ser direcionada para arranjar emprego aos alunos. A obrigação é formar bons profissionais.

A presidente agradeceu a participação de todos e sublinhou o contributo de se poderem vir a realizar reuniões entre o gabinete, as coordenações de curso e os alunos.

## **Ponto 5**

### **Procedimento eleitoral do Conselho Pedagógico**

A Presidente referiu que, em virtude da atualização do Regimento do Conselho Pedagógico realizada na reunião anterior, é necessário alterar o Procedimento Eleitoral do Conselho Pedagógico.

A proposta de Procedimento Eleitoral do Conselho Pedagógico foi apresentada (anexo 3), colocada a votação e aprovada por maioria, com dois votos contra e quatro abstenções.

## **Ponto 6**

### **Balanço do 2º semestre**

A Presidente informou que solicitou as sínteses das reuniões das Comissões Pedagógicas aos coordenadores de curso e que todos enviaram, inclusive a coordenadora do curso de Pós-Graduação em Branding e Content Marketing, que apesar de não ter representantes no Conselho Pedagógico, a Presidente considerou importante integrar no balanço. Solicitou igualmente aos coordenadores de curso que informassem os representantes do corpo docente dos cursos sobre o conteúdo dessas sínteses.

Referiu que, com base nas sínteses, o semestre correu dentro da normalidade, na maior parte dos cursos não foram identificadas situações relevantes positivas ou negativas, com exceção do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia que registou uma situação relevante positiva na uc de Análise Económica (2º ano) em que os alunos elogiaram o excelente ambiente em sala de aula e o trabalho desenvolvido pelo professor Ricardo Barradas, acompanhando e motivando os alunos ao longo de todo o semestre; e uma situação relevante negativa na uc de Comunicação Vídeo (1º ano), em que as notas publicadas no Portal Académico não correspondem às avaliações divulgadas pelos docentes; houve casos em que a média ponderada das avaliações não corresponde à nota final da UC; foi ainda referida a falta de comunicação entre os dois professores (numa das turmas o teste foi com consulta e na outra sem consulta).

A Presidente destacou igualmente a situação registada no mestrado em Jornalismo e que diz respeito ao comportamento inadequado de um grupo de alunos em sala de aula que motivou queixas sucessivas, por parte de docentes e discentes. Estas queixas prolongaram-se ao longo do ano letivo, pese embora as sucessivas advertências e manifestações de repúdio feitas pela direção do curso, de que foi dado conhecimento à Direção da ESCS e à presidente do Conselho Pedagógico. O conselheiro Jaime Lourenço referiu que concorda com o desagrado em relação ao comportamento dos colegas.

A conselheira Maria José Mata referiu que se tentou que a situação melhorasse ao longo do 2º semestre, nomeadamente após o envio da carta a todos os alunos, no entanto, a situação manteve-se até ao final do semestre.

Nenhum outro conselheiro considerou necessário intervir na medida em que o balanço do semestre é positivo.

## **Ponto 7**

### **Assuntos supervenientes**

A Presidente informou o Conselho que tinha recebido um email de um aluno interessado em ingressar num dos cursos da ESCS, dando conta de hesitação na escolha em virtude de ter ouvido dizer que o método de avaliação da escola é muito rigoroso e que os professores são tão exigentes que desmotivam os alunos. Em resposta, a Presidente referiu que a exigência é um dos fatores que define a excelência da escola e enfatizou contrariamente ao sugerido que a maior parte dos alunos é extremamente dedicada e motivada, aconselhando o aluno a candidatar-se aos cursos da escola e, uma vez aluno, candidatar-se a representar o seu curso no Conselho Pedagógico.

O conselheiro André Cabral referiu que considera importante a realização de um vídeo institucional que ilustre o ambiente da escola e combata essa pretensa ideia de desmotivação.

A Presidente desejou excelentes férias a todos e congratulou o conselheiro André Cabral pela obtenção do grau de licenciado em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, agradecendo a sua participação enquanto representante do curso.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

Lisboa, 5 de julho de 2016

#### A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



[Maria João Centeno]

#### O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



[Ricardo Pereira Rodrigues]

## Anexo 1

# Regulamento de Frequência e Avaliação da Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas: Gestão e Estratégias (2016-17)

---

### Artigo 1.º Criação

1.1. A Escola Superior de Comunicação Social do IPL e a Universidade de Lisboa, através da Faculdade de Letras e da Faculdade de Belas Artes, incluem, na sua oferta educativa, uma **Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas: Gestão e Estratégias (PGICC)**, desenvolvida em parceria.

1.2. O curso de PGICC foi criado para corresponder às necessidades de aprofundamento e de aquisição de técnicas e de conhecimentos nas áreas da economia e das atividades criativas, apoiando o desenvolvimento do sector em Portugal.

### Artigo 2.º Destinatários

2.1. O curso de PGICC destina-se a licenciados nas áreas das Ciências Sociais, das Humanidades, das Artes e da Comunicação e, de modo geral, a todos os que têm interesse pelas temáticas das indústrias criativas, nas suas vertentes académicas e profissionais.

### Artigo 3.º Objetivos do curso

3.1. O curso de PGICC tem como objetivos:

- A formação continuada, o aprofundamento ou a aquisição de conhecimentos e recursos técnicos nas áreas da economia criativa, dotando os destinatários das competências necessárias ao desenvolvimento de atividades profissionais e de investigação no sector;
- Privilegiar o desenvolvimento da capacidade de análise da realidade e das tendências transformativas das Indústrias e Culturas Criativas e a criação e gestão de projetos, produtos e serviços, compreendendo as necessárias competências de pesquisa de mercado e de comunicação estratégica neste sector;
- Reunir e desenvolver contributos de cada uma das instituições signatárias na área das Indústrias Culturais e Criativas e projetá-los no ensino, na investigação e extensão à sociedade.



#### **Artigo 4.º** **Áreas científicas**

4.1. O curso de PGICC tem a sua estrutura curricular repartida por várias áreas científicas, com maior incidência nas Ciências Sociais e do Comportamento, em Artes Multimédia e Ciências Empresariais/Publicidade e Marketing.

#### **Artigo 5.º** **Duração do curso**

5.1. O curso tem a duração de dois semestres letivos, correspondentes a 60 ECTS.

#### **Artigo 6.º** **Regras sobre a admissão à Pós-Graduação**

6.1. São admitidos à candidatura ao curso de PGICC os candidatos que:

- a) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área das ciências sociais, das humanidades, das artes, da comunicação, das ciências empresarias, ou
- b) Sejam detentores de um currículo científico ou profissional que venha a ser considerado adequado à realização desta Pós-Graduação.

#### **Artigo 7.º** **Candidatura**

7.1. A candidatura efetua-se através da plataforma online disponível no sítio internet da instituição a quem compete coordenar o funcionamento da Pós-Graduação, e a ela os candidatos juntarão certificado de habilitações com a respetiva estrutura curricular, certificado com a média de licenciatura, Curriculum Vitae detalhado e documento de identificação.

#### **Artigo 8.º** **Critérios de seleção**

8.1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 6.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:

8.1.1. Curriculum

- a) Académico
- b) Científico
- c) Profissional

### 8.1.2. Formação Acadêmica

- a) Nota de licenciatura
- b) Outras formações
- c) Adequação da formação à área da Pós-Graduação

NOTA: Os critérios definidos em 8.1.1 e em 8.1.2 são sempre obrigatórios.

8.2. No caso em que seja definido em edital de abertura de concurso a seriação de candidatos com base apenas nos critérios definidos em 8.1.1. e 8.1.2 do ponto 1 do Artigo 8º do presente Regulamento, as ponderações serão de 50% para cada critério.

8.3. O processo de seleção pode ser repartido por até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

8.4. A seleção dos candidatos admitidos compete à comissão científica do curso, mediante apreciação curricular, sendo realizada entrevista sempre que os elementos constantes do curriculum vitae não sejam suficientes para a avaliação da candidatura.

## **Artigo 9.º** **Vagas e prazos**

9.1. O número de vagas e os prazos de candidatura à Pós-Graduação serão fixados anualmente pelos Presidentes ou Diretores das instituições envolvidas, sob proposta da coordenação do curso.

## **Artigo 10.º** **Condições de funcionamento**

10.1. A FLUL, a FBAUL e a ESCS-IPL asseguram as condições necessárias ao funcionamento do programa de estudos da Pós-Graduação, nomeadamente:

- a) um projeto educativo, científico e cultural superiormente adequado aos objetivos fixados;
- b) um corpo docente próprio constituído por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional, nas áreas científicas integrantes da Pós-Graduação;
- c) recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, bibliotecas e laboratórios adequados.

## **Artigo 11.º** **Frequência e propinas**

11.1. A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela instituição a quem compete coordenar o funcionamento da Pós-Graduação ou através dos seus portais online.

11.2. A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.

11.3. As taxas de candidaturas, de matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pela coordenação científica e pedagógica do curso, ouvidas as instituições envolvidas, e divulgadas no edital de abertura da Pós-Graduação.

11.4. O aluno pode, a título excecional e devidamente justificado, requerer a suspensão da frequência do curso, retomando a frequência no ano letivo seguinte, desde que o curso de Pós-Graduação funcione.

11.5. A repetição da frequência de UC num ano letivo seguinte, com exceção do previsto na alínea anterior, implica o pagamento de uma propina proporcional ao número de ECTS dessa UC.

## **Artigo 12.º**

### **Funcionamento**

12.1. O ano letivo encontra-se dividido em 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.

12.2. Cada semestre corresponde a 15 (quinze) semanas de aulas e outras atividades curriculares, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos por exame.

12.3. A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.

12.4. As datas de início e fim dos semestres, os períodos de férias e os momentos específicos de avaliação, são fixados pela coordenação científica e pedagógica do curso, ouvidas as instituições envolvidas, e constam dos Calendários Escolares divulgados pelas mesmas.

12.5. As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pela coordenação pedagógica do curso e homologadas e divulgadas pelo Presidente ou Diretor da instituição a quem compete coordenar o funcionamento do curso, no primeiro trimestre do ano letivo.

## **Artigo 13.º**

### **Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS**

13.1. O curso é constituído por dois semestres conducentes à obtenção de 60 ECTS que confere um Certificado de Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas: Gestão e Estratégias.

13.2. A estrutura do curso é composta por 10 unidades curriculares obrigatórias.

13.3. A estrutura curricular do curso, em termos de ECTS por Área Científica, é a seguinte:

Área Científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Projeto *	PR-CSC/PR-CE/PR-AM/PR-CAP	15	0
Ciências Sociais e do Comportamento	CSC	15	0
Ciências Empresariais	CE	09	0
Artes Multimédia	AM	09	0
Estudos de Cultura	EC	06	0
Ciências da Arte e do Património	CAP	06	0
TOTAL		60	0

\* Os alunos desenvolvem o seu projeto no âmbito de uma das áreas científicas predominantes do curso

#### **Artigo 14.º** **Avaliação**

Ponto Prévio: Só serão admitidos em exame os estudantes inscritos. Esta inscrição terá de ser efetuada até ao terceiro dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Para além disso, os estudantes deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

14.1. A avaliação dos estudantes traduz -se no seguinte sistema de classificação:

- A aprovação em cada unidade curricular do curso é expressa no intervalo 10 -20 da escala numérica inteira de 0 -20, bem como no seu equivalente na escala europeia da comparabilidade de classificações, nos termos do artigo 19.º do Decreto -Lei n.º 42/2005, de 22 de fevereiro, alterado pelo Decreto -Lei n.º 107/2008, de 25 de junho;
- A classificação final é expressa no intervalo de 10 a 20 valores, da escala numérica inteira de 0 a 20, a que correspondem as seguintes menções qualitativas: Suficiente (10 a 13 valores); Bom (14 e 15 valores); Muito Bom (16 e 17 valores); Excelente (18 a 20 valores);

- c) A classificação final no curso é a média aritmética ponderada, calculada até às centésimas e arredondada às unidades (considerando como unidade a fração não inferior a 50 centésimas), das classificações obtidas nas unidades curriculares que o integram;
- d) A unidade de ponderação é o número de créditos atribuído a cada unidade curricular.

14.2. Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:

- a) Avaliação contínua;
- b) Avaliação periódica
- c) Avaliação por exame.

14.2.1. Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.

14.3. Avaliação contínua:

14.3.1. Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante, que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.

14.3.2. No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados na ficha de unidade curricular todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.

14.3.3. No regime de avaliação contínua deve existir pelo menos um elemento de avaliação individual.

14.3.4. A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até 15 (quinze) dias após o último dia de aulas do semestre.

14.3.5. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos da instituição a quem compete a organização do curso, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

14.3.6. O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

14.4. Avaliação periódica:

14.4.1. Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do ano letivo.

14.4.2. A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.

14.4.3. Deve existir pelo menos uma avaliação individual no regime periódico.

14.4.4. Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste, neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer 15 (quinze) dias antes do final do semestre.

14.4.5. A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do exame da unidade curricular na época de recurso.

14.4.6. Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão

apresentar nos Serviços Académicos da instituição a quem compete a organização do curso, até ao final do mês de novembro, no 1º semestre, e do mês de março, no 2º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

14.4.7. O ponto anterior aplica-se aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão matriculados.

14.5. Avaliação por exame:

14.5.1. Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.

14.5.2. Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.

14.5.3. No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.

14.5.4. A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 6 (seis) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.

14.5.5. A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 15 (quinze) dias após a realização do exame.

14.6. A classificação dos exames da época especial para finalistas e trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.

14.7. Têm acesso à época normal de exames:

14.7.1. os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;

14.7.2. os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.

14.8. Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:

14.8.1. não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos pontos 14.3, 14.4 ou 14.5 deste Regulamento;

14.8.2. pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.

14.8.3. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3º dia útil antes da data da sua realização.

14.9. Têm acesso à época especial os estudantes:

14.9.1. com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;

14.9.2. que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso.

14.10. Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3º dia útil antes da data da sua realização.

14.11. Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.

14.12. O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez. Esta possibilidade caduca de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

14.13. Compete ao docente responsável por cada unidade curricular:

14.13.1. definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excepcionais, mediante proposta apresentada e aprovada pela comissão a quem cabe a coordenação científica e pedagógica do curso, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.

14.14. A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão apreciadas pela comissão a quem cabe a coordenação científica e pedagógica do curso.

14.15. As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária.

14.16. A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um semestre letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante.

### **Artigo 15º** **Consulta de provas escritas**

15.1. Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até cinco dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.

15.2. Em caso de consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

### **Artigo 16º** **Revisão de provas escritas**

16.1. Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas de exame e provas escritas da avaliação periódica.

16.2. O pedido de revisão é efetuado nos Serviços Académicos da instituição a quem compete a coordenação do curso, até 10 (dez) dias após a publicação da classificação. Após o pedido será fornecida ao estudante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova de exame e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar a fundamentação do pedido de revisão de provas.

16.3. O pedido será enviado à comissão a quem cabe a coordenação científica e pedagógica do curso (sendo, em simultâneo, dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular), para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas de exames cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.

16.4. O resultado da revisão de provas de exames será formalmente comunicado ao estudante e ao professor responsável da unidade curricular, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.

16.5. Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.

16.6. Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.

16.7. Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

### **Artigo 17.º**

#### **Recurso da revisão de provas**

17.1. O recurso da revisão, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico da instituição a quem compete a coordenação do curso, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.

17.2. Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o referido Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na leção da unidade curricular ou na revisão da nota.



17.3. O teor da decisão final deve ser transmitido à coordenação do curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

### **Artigo 18.º**

#### **Trabalhador-Estudante**

18.1. Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:

- a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
- b) Trabalhadores por conta própria;
- c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a seis meses.

18.2. O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números seguintes.

18.2.1. A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

18.2.1.1. Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:

- a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.

O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

18.2.1.2. Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:

- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.

18.2.1.3. Se trabalhador por conta própria:

- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
- b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.

18.2.1.4. Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:

- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.

18.2.2. Os documentos mencionados no n.º anterior, salvo o constante da alínea 18.2.1.4 a), devem ter data igual ou inferior a 30 dias.

18.2.3. Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:

- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
- b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 18.2.1.

18.3. Avaliação, isenções e regalias

18.3.1. O trabalhador -estudante não está sujeito:

- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
- b) Ao regime de prescrição;
- c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua.
- d) Normas que limitem o número de exames a realizarem na época de recurso e especial.

18.3.2. Os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.

18.3.3. Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.

18.3.4. Nos casos das unidades curriculares que se revistam de carácter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.

18.3.5. O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

18.3.6. As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

### **Artigo 19.º**

#### **Dirigente associativo estudante do ensino superior**

19.1. O presente artigo aplica -se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, “Regime Jurídico do Associativismo Jovem”, aos estudantes da Pós-Graduação que sejam dirigentes da Associação de Estudantes ou de Federações Académicas.

19.2. As associações de estudantes deverão indicar à coordenação da Pós-Graduação, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos da instituição que coordena a edição do curso documento comprovativo da sua tomada de posse.

19.2.1. A suspensão, cessação ou perda de mandado do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação à coordenação da Pós-Graduação, no prazo de 15 dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.

#### **19.3. Avaliação, isenções e regalias**

19.3.1. O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:

- a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;
- b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.

19.3.2. A relevação das faltas depende da sua comunicação à coordenação da Pós-Graduação, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 19.3.1.

19.3.3. Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.

19.3.4. O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.

19.3.5. O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:

- a) Requerer exame na época especial a duas unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;
- b) Requerer até cinco exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de dois por unidade curricular;

c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na instituição à qual cabe a coordenação do curso.

19.3.6. Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

19.3.7. Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame.

19.3.8. Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 19.3.5., devem efetuar o requerimento até ao dia 21 do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.

19.3.9. Compete à coordenação da Pós-Graduação assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

19.3.10. O acesso a exames previstos no n.º 19.3.5. só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exame previstos no respetivo regulamento de avaliação.

19.3.11. Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de créditos já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.

19.3.12. Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões de assembleias gerais no caso de estas coincidirem com o horário letivo.

19.3.13. Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes à coordenação da Pós-Graduação, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.

19.3.14. Aos estudantes que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente capítulo.

19.3.15. Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente capítulo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente ou Diretor da respetiva instituição de ensino superior, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19.3.16. As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pela presente alínea aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.

19.3.17. Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

19.3.18. Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem

aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.

19.3.19. No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

## **Artigo 20º**

### **Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior**

20.1. O presente artigo aplica-se aos estudantes que tenham um estatuto especial:

- a) Estatuto de parturiente;
- b) Estatuto de mães e pais estudantes;
- c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;
- d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;
- e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão académica;
- f) Estatuto de estudantes investigadores;
- g) Estatuto de estudante portador de deficiência;
- h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;
- i) Estatuto de estudante bombeiro;
- j) Estatuto de estudante voluntário.

20.2 – A estes estudantes aplicam-se, sem prejuízo da lei geral, as disposições existentes na instituição a quem cabe coordenar a edição da Pós-Graduação.

## **Artigo 21.º**

### **Diploma e certificação**

21.1. A frequência com aproveitamento do Curso é atestada por um certificado, subscrito conjuntamente pelos Diretores ou Presidentes das Instituições envolvidas, o qual deve incluir o resultado da avaliação final.

21.2. Serão criados, conjuntamente pelas três Instituições, modelos uniformizados de certidão de conclusão de curso e do respetivo suplemento ao diploma, os quais incluirão os logótipos das respetivas Instituições e possuirão um preço único.

21.3. O diploma e o respetivo suplemento ao diploma serão emitidos pelos Serviços Académicos da Instituição à qual coube a coordenação da edição do curso, no prazo máximo de 90 dias mediante requerimento do interessado.

21.4. A conclusão com aproveitamento do Curso não atesta, em caso algum, a conclusão pelo seu titular de parte curricular de mestrado ou de doutoramento.

**Artigo 22.º**  
**Processo de atribuição da classificação da Pós-Graduação**

22.1. Ao certificado de Pós-Graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).

22.2. A classificação final do certificado de Pós-Graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS.

22.3. Tendo em vista o prosseguimento de estudos para a obtenção do grau académico de mestre, os ECTS do plano de estudos da Pós-Graduação em PGICC podem ser creditados nos Mestrados em funcionamento nas instituições associadas, segundo os regulamentos destas e de acordo com a legislação em vigor.

**Artigo 23.º**  
**Prazos de emissão do certificado**

23.1. A emissão do certificado final do curso será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias.

**Artigo 24.º**  
**Processo de acompanhamento pedagógico e científico**

24.1. O processo de acompanhamento do curso de Pós-Graduação é da responsabilidade da comissão que assegura a sua coordenação científica e pedagógica, nomeada pelas instituições associadas na sua realização.

**Artigo 25.º**  
**Casos Omissos**

25.1. Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pela coordenação da Pós-Graduação ou pelos órgãos de gestão competentes das instituições associadas na sua realização.

## Anexo 2

### Pós-Graduação em Jornalismo Multimédia – ESCS/Uni-CV

---

#### Plano de Estudos

##### 1.º Ano / 1.º Semestre

##### QUADRO N.º 1

Unidades Curriculares	Área Científica na ESCS	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos
			Total	Contacto	
Design e Comunicação Gráfica	EAM	Semestral	135	30	5
Economia Política da Comunicação	CS	Semestral	135	30	5
Questões Críticas do Jornalismo Contemporâneo	EMJ	Semestral	135	30	5
Metodologias de Investigação Aplicadas ao Estudo do Jornalismo	CS	Semestral	135	30	5
Ateliê de Reportagem, Entrevista e Edição de Imprensa	EMJ	Semestral	135	30	5
Ateliê de Reportagem, Entrevista e Edição de Rádio	EMJ	Semestral	135	30	5
TOTAL			810	180	30

##### 1.º Ano / 2.º Semestre

##### QUADRO N.º 2

Unidades Curriculares	Área Científica na ESCS	Tipo	Tempo de Trabalho (horas)		Créditos
			Total	Contacto	
Ateliê de Ciberjornalismo	EMJ	Semestral	135	30	5
Multimédia e Tecnologias Interactivas	EAM	Semestral	135	30	5
Gestão de Projetos Audiovisuais e Multimédia	CS	Semestral	135	30	5
Infografia	EAM	Semestral	135	30	5
Culturas Visuais	CS	Semestral	135	30	5
Ateliê de Reportagem, Entrevista e Apresentação de TV	EMJ	Semestral	135	30	5
TOTAL			810	180	30

## **Anexo 3**

### **ANEXO (Regimento do Conselho Pedagógico)**

#### **Procedimento eleitoral do Conselho Pedagógico**

---

##### **Art.º 1**

##### **Capacidade Eleitoral Ativa**

Gozam de capacidade eleitoral ativa, para o Conselho Pedagógico da ESCS, os docentes e os discentes, vinculados aos cursos da ESCS, nos termos da lei, dos Estatutos da ESCS e do presente regimento.

##### **Art.º 2**

##### **Corpo Docente**

Constituem o corpo docente por curso:

- a) Os docentes que pertençam às categorias previstas no Estatuto da Carreira Docente;
- b) Os docentes especialmente contratados, com equiparação nos termos da lei, a uma das categorias previstas no Estatuto da Carreira Docente.
- c) Os docentes que lecionam o curso no ano letivo da eleição.

##### **Art.º 3**

##### **Corpo Discente**

Constituem o corpo discente dos cursos, os alunos matriculados na ESCS com inscrição efetiva em qualquer curso do 1º ou 2º Ciclo.

##### **Art.º 4**

##### **Direito de Voto**

São eleitores da ESCS, os possuidores de capacidade eleitoral ativa que figurem nos cadernos dos cursos da ESCS, a publicar ao abrigo deste regimento.

##### **Art.º 5**

##### **Elegibilidade**

1. À eleição dos membros do Conselho Pedagógico é aplicável o seguinte sistema de representação proporcional:



- a) Dois representantes do corpo docente por cada curso de licenciatura;
- b) Dois representantes do corpo discente por cada curso de licenciatura;
- c) Um representante do corpo docente por cada curso de mestrado;
- d) Um representante do corpo discente por cada curso de mestrado.

2. São elegíveis para o Conselho Pedagógico da ESCS os eleitores que cumpram as condições e restrições estipuladas na Lei, nos Estatutos e neste Regimento.

#### **Art.º 6** **Inelegibilidade**

São inelegíveis para o Conselho Pedagógico:

- a) Aqueles que tenham sido condenados em processos disciplinares, durante o cumprimento das respetivas penas;
- b) Os abrangidos pelas incapacidades eleitorais previstas nos Estatutos e na Lei.

#### **Art.º 7** **Modos de Eleição**

A eleição dos membros do Conselho Pedagógico é efetuada por voto secreto e com carácter nominal, dispondo o eleitor de um voto singular por corpo e curso.

#### **Art.º 8** **Processo eleitoral**

1. O processo eleitoral inicia-se com a publicitação de um edital onde constam a lista dos elegíveis por corpo e curso, os prazos do processo eleitoral, horário e local de voto, definidos pelo Presidente do Conselho Pedagógico.
2. Nas listas dos elegíveis por corpo, os eleitores deverão ser identificados pelo nome completo e agrupados por curso, por ordem alfabética.
3. Até dois dias úteis após a afixação do edital, qualquer interessado poderá reclamar, perante o Presidente da Comissão Eleitoral, das irregularidades das listas de elegíveis.
4. Até cinco dias úteis após a afixação do edital, qualquer interessado terá de manifestar disponibilidade em representar o respetivo corpo por curso, conforme documento em anexo a entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral.
5. Findo este prazo, o Presidente da Comissão Eleitoral diligenciará para que, até cinco dias úteis antes do dia das eleições, sejam elaboradas e afixadas as listas dos candidatos por corpo e curso.

## **Art.º 9**

### **Candidatos**

1. As listas dos candidatos para representar o respetivo corpo por curso, a afixar cinco dias úteis antes do dia das eleições, devem conter a indicação dos nomes de todos os candidatos, organizados por ordem alfabética.

a) Nos boletins de voto serão reproduzidas as listas dos candidatos para representar o respetivo corpo por curso.

2. Os docentes só podem ser candidatos por um dos cursos em que lecionam no ano letivo da eleição.

## **Art.º 10**

### **Resultados**

1. Para cada representação dos membros referidos nas alíneas a) e b) do nº 2 do Artigo 5º, serão eleitos como efetivos os dois candidatos mais votados e como suplentes os terceiros e quartos mais votados. Em caso de empate, proceder-se-á a nova votação restrita aos candidatos em que seja necessária apurar a condição de eleição.

2. Para cada representação dos membros referidos nas alíneas c) e d) do nº 2 do Artigo 5º, será eleito como efetivo o candidato mais votado e como suplente o segundo mais votado. Em caso de empate, proceder-se-á a nova votação restrita aos candidatos em que seja necessária apurar a condição de eleição.

## **Art.º 11**

### **Comissão Eleitoral**

1. Para a eleição será criada uma Comissão Eleitoral a quem compete coordenar o processo eleitoral e zelar pelo cumprimento deste Regimento, dos Estatutos, da Lei e das normas cívicas.

2. A Comissão Eleitoral é constituída por um Presidente, nomeado pelo Presidente do Conselho Pedagógico de entre os docentes da ESCS, e dois representantes, um do corpo docente e outro do corpo discente.

3. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por maioria simples de votos, tendo o Presidente voto de qualidade.

**Art.º 12**  
**Mesa Eleitoral**

1. A Mesa Eleitoral compreende uma urna por cada corpo eleitoral.
2. A Mesa Eleitoral funciona apenas no local designado pelo Presidente da ESCS.

**Art.º 13**  
**Pessoalidade e Presencialidade do Voto**

1. O direito de voto é exercido direta e presencialmente pelo eleitor, exceto nos casos previstos neste Regimento.
2. Não é permitido o voto por correspondência.

**Art.º 14**  
**Voto dos Ausentes**

1. Os eleitores, que no dia designado para a realização da eleição se encontrem impossibilitados de comparecer na Mesa Eleitoral por motivo de doença ou ausência justificada, poderão designar um seu procurador que exercerá em seu nome o direito de voto.
2. A designação do procurador deverá constar de documento escrito, assinado pelo eleitor e considerado válido pela Comissão Eleitoral.
3. O eleitor dará conhecimento prévio, por escrito, à Comissão Eleitoral do motivo impeditivo da sua não comparência e do nome do seu procurador.
4. No dia das eleições, a Comissão Eleitoral informará sobre todo este procedimento o Presidente do Conselho Pedagógico.

**Art.º 15**  
**Segredo de Voto**

1. Ninguém pode ser, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto, nem ser perguntado sobre o mesmo por qualquer entidade.
2. Nos casos do voto por procurador, este fica obrigado a guardar sigilo absoluto quanto à expressão do voto do seu representado.

**Art.º 16**  
**Requisitos do exercício do Direito de Voto**

1. Para que o eleitor seja admitido a votar deve estar inscrito nos cadernos eleitorais, organizados por corpo e curso.
2. Simultaneamente, a sua identidade deve ser reconhecida pela mesa.

**Art.º 17**  
**Processo de Votação**

1. Chegada a hora da votação, o Presidente da Comissão Eleitoral declara iniciadas as operações eleitorais, procedendo com os restantes membros da Comissão à revista da câmara de voto e dos documentos de trabalho da Mesa e exibindo as urnas perante os eleitores presentes para que todos se possam certificar que se encontram vazias.
2. Não existindo nenhuma irregularidade, votam de imediato os membros da Comissão Eleitoral.
3. Os eleitores votam por ordem de chegada à Mesa Eleitoral.
4. O Presidente declara encerrada a votação logo que tiverem votado todos os eleitores inscritos ou depois da hora prevista para termo do processo de votação.
5. Compete ao Presidente da Comissão Eleitoral, coadjuvado pelos restantes elementos da Mesa, assegurar a liberdade dos eleitores e manter a ordem adotando para esse efeito as providências necessárias.

**Art.º 18**  
**Modo como vota cada Eleitor**

1. Cada eleitor, apresentando-se perante a Mesa, indica o seu nome e entrega ao Presidente o cartão de cidadão. Na falta do cartão, a identificação do eleitor faz-se através de qualquer outro documento que seja geralmente utilizado para identificação, ou através de dois eleitores que atestem, sob compromisso de honra, a sua identidade, ou ainda por reconhecimento unânime dos membros da Mesa.
2. Reconhecido o eleitor, o Presidente diz em voz alta o seu nome e depois de verificada a sua inscrição nos cadernos eleitorais, entrega-lhe o boletim de voto.
3. O eleitor entra na câmara de voto do respetivo corpo, situado no local da votação e aí, sozinho, exerce o seu direito de voto e dobra o boletim em quatro.

4. Voltando para junto da Mesa, o eleitor entrega o boletim ao Presidente que o coloca na respectiva urna enquanto os escrutinadores descarregam o voto nos cadernos eleitorais.
5. Se, por inadvertência, o eleitor inutilizar o boletim, deve pedir outro ao Presidente, devolvendo-lhe o primeiro.
6. O Presidente escreve no boletim devolvido a nota de inutilizado, rubrica-o e conserva-o para os efeitos previstos no regimento.
7. Os cegos e quaisquer outras pessoas afetadas por doenças ou deficiências físicas notórias, que a Mesa identifique não poderem praticar os atos descritos neste artigo, votam acompanhados de um eleitor por si escolhido que garanta a fidelidade de expressão do seu voto e que seja obrigado a absoluto sigilo.

#### **Art.º 19** **Voto em Branco ou Nulo**

1. Considera-se voto em branco, o do boletim de voto que não tenha sido objeto de qualquer tipo de marca.
2. Considera-se voto nulo, o boletim de voto:
  - a) No qual tenha sido assinalado mais de um quadrado, ou quando haja dúvidas quanto ao quadrado assinalado;
  - b) No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a um candidato que tenha desistido das eleições, ou não tenha sido admitido;
  - c) No qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura, ou quando tenha sido escrito qualquer palavra.
3. Não se considera voto nulo, o boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada, ou excedendo os limites do quadrado, assinala inequivocamente a vontade do eleitor.

#### **Art.º 20** **Dúvidas, Reclamações, Protestos e Contra protestos**

1. Qualquer eleitor pode suscitar dúvidas, e apresentar por escrito reclamação, protesto ou contra protesto, relativo às operações eleitorais, e instruí-los com os documentos convenientes.
2. A Mesa não pode negar-se a receber reclamações, os protestos e os contra protestos, devendo rubricá-los e apensá-los às atas.

**Art.º 21**  
**Operações Preliminares**

Encerrada a votação, o Presidente da Comissão Eleitoral procede à contagem dos boletins que não foram utilizados, e dos que foram inutilizados pelos eleitores, e encerra-os em subscrito próprio, que fecha e lacra.

**Art.º 22**  
**Contagem dos Votantes e dos Boletins de Voto**

1. Encerrada a operação preliminar, o Presidente da Comissão Eleitoral manda contar os votantes pelas descargas efetuadas nos cadernos eleitorais.
2. Concluída essa contagem, o Presidente manda abrir a urna, a fim de conferir o número de boletins de voto entrados.
3. Em caso de divergência entre o número de votantes apurados, nos termos do nº1, e dos boletins de votos contados, prevalece, para efeitos de apuramento, o segundo destes números.

**Art.º 23**  
**Contagem dos Votos**

1. Um dos membros da Comissão Eleitoral desdobra os boletins, um a um, e anuncia em voz alta o nome do candidato votado. Um outro membro da Comissão Eleitoral regista os votos atribuídos a cada candidato, os votos em branco e os votos nulos.
2. Simultaneamente, os boletins de voto são examinados e exibidos pelo Presidente da Comissão Eleitoral, que os agrupa em lotes separados por curso, correspondentes a cada um dos candidatos votados, aos votos em branco e aos votos nulos.
3. Terminadas estas operações, o Presidente da Comissão Eleitoral procede à contra prova da contagem dos boletins em cada um dos lotes separados.
4. A contagem dos votos poderá fazer-se através de meios informáticos. Para o efeito poderá a Comissão Eleitoral ser coadjuvada por docentes ou técnicos da ESCS especializados na matéria.

**Art.º 24**  
**Destino dos Boletins de Voto**

1. Os boletins de voto são colocados em pacotes devidamente lacrados e confiados à guarda do Presidente da ESCS.

2. Esgotado o prazo para a interposição dos recursos contenciosos, ou decididos definitivamente, o Presidente da ESCS promove a destruição dos boletins.

## **Art.º 25**

### **Ata das Operações Eleitorais**

1. Compete a um dos membros da Comissão Eleitoral previamente indicado pelo Presidente, proceder à elaboração da ata das operações de votação e apuramento.

2. Na ata devem constar:

- a) Os nomes dos membros da Comissão Eleitoral;
- b) A hora de abertura e de encerramento da votação, e o local da assembleia de voto;
- c) As deliberações tomadas pela Mesa, durante as operações;
- d) O número total de eleitores inscritos e o de votantes;
- e) O número de votos obtidos por cada candidato, e o de votos em branco e nulos;
- f) O número de boletins de voto sobre os quais haja incidido reclamações ou protestos;
- g) Número de reclamações, protestos e contra protestos, apensos à ata;
- h) Quaisquer ocorrências que a Comissão Eleitoral julgar dever mencionar.

## **Art.º 26**

### **Proclamação e publicação dos Resultados**

Os resultados do apuramento são proclamados pela Comissão Eleitoral e, em seguida, publicados por meio de edital e afixados nos locais de estilo da ESCS.

## **Art.º 27**

### **Destino do Processo Eleitoral**

O Processo Eleitoral, incluindo a ata das operações de votação e apuramento eleitoral, e os processos de candidatura ser enviado ao Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, no prazo de cinco dias úteis.

## **Art.º 28**

### **Recurso Contencioso**

1. As irregularidades ocorridas no decurso da votação, e no apuramento, podem ser apreciadas em recurso contencioso, desde que hajam sido objeto de reclamação ou protesto, apresentado no ato em que se verificaram.

2. A petição deve especificar os fundamentos de facto e de direito do recurso, e é acompanhada de todos os elementos de prova, incluindo fotocópia da ata.

**Art.º 29**  
**Entidade Competente e Prazos**

1. O recurso é interposto, no prazo de dois dias úteis, a contar da publicação dos resultados eleitorais, perante o Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa.
2. A decisão do recurso compete ao Presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, e deve ser comunicada à ESCS, no prazo de quinze dias.

**Art.º 30**  
**Casos Omissos**

A resolução dos casos omissos e a interpretação deste Regimento cabe ao Presidente do Conselho Pedagógico, devendo o órgão reunir posteriormente a fim de deliberar sobre a integração da resolução no Regimento.



## ANEXO

### DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE CANDIDATURA

Eu, \_\_\_\_\_ (nome), portador do documento de identificação nº \_\_\_\_\_, declaro aceitar a candidatura a representante do corpo docente / discente (riscar o que não interessa) do curso de licenciatura / mestrado (riscar o que não interessa) em \_\_\_\_\_, no Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social do IPL.

Lisboa, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(assinatura)